

SIMPÓSIO AT036

DIREITO À FALA E RESISTÊNCIA AO INTERDITO: A COMUNICAÇÃO OBLÍQUA EM "ZERO", DE IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO

LIMA, Paula Rhanna de Miranda
Graduanda em Letras – Português PIBIC/UEPB
97paulalima@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como resultado o trabalho de um PIBIC realizado através da Universidade Estadual da Paraíba, e tem como objetivo identificar as estratégias narrativas na construção dos diversos tipos de violência presentes na obra “Zero” (1974), de Ignácio de Loyola Brandão, no contexto da Ditadura Militar (1964-1985). Nessa perspectiva, o artigo evidencia a construção das personagens no romance “Zero” como contraponto a um discurso que sujeitava homens e mulheres ao “esmagamento” de suas identidades e ao “silenciamento” de suas vozes, por meio de estratégias narrativas que permitiram a circulação do romance, a despeito do contexto repressor. Entre outros aspectos, o artigo propõe analisar “violência” e “opressão” discursivas, como estratégia de controle social do Estado totalitário brasileiro, sobretudo, nos meios de comunicação jornalísticos, visto que havia um controle midiático articulado por meio da censura, à época. Ao perceber que a censura controlava os meios de comunicação, dentre os mais variados aspectos temáticos, diversos jornalistas encontraram na literatura uma forma de persuadir o controle estabelecido, de forma estética e ficcional, a fim de denunciar e expor as mazelas do período vigente. Dessa forma, como meio metodológico, será feita a pesquisa acerca da obra em análise por meio da comunhão com a base teórica, a fim de analisar a formação discursiva e a estrutura narrativa de “Zero”, como objeto de resistência política em um contexto ditatorial brasileiro.

Para isso, como embasamento teórico teremos COSSON (2001); FOUCAULT (1981); ORLANDI (2007) e PELLEGRINI (1989)..

Palavras-chaves: Literatura Brasileira; Análise de Discurso; Ditadura Militar, Resistência; Política.

Abstract: Este artículo tiene como resultado el trabajo de un PIBIC hecho a través de la Universidade Estadual da Paraíba, y tiene como objetivo identificar las estrategias narrativas en la construcción de los diversos tipos de violencia presentes en la obra "Zero" (1974), del Ignácio de Loyola Brandão, en el contexto de la dictadura militar (1964-1985). En esta perspectiva, el artículo evidencia la construcción de los personajes en la novela “Zero” como contrapunto a un discurso que sometió a hombres y mujeres a la "trituration" de sus identidades y el "silenciamiento" de sus

voces, a través de estrategias narrativas que permitió la circulación de la novela, a pesar del contexto represor. Entre otros aspectos, el artículo propone analizar la "violencia" y la "opresión" discursiva, como una estrategia de control social del estado totalitario brasileño, especialmente en los medios periodísticos, ya que existía un control de los medios de comunicación articulado por La censura, en ese momento. Al darse cuenta de que la censura controlaba los medios de comunicación, entre los más variados aspectos temáticos, varios periodistas encontraron en la literatura una manera de persuadir al control establecido, de una manera estética y ficticia, con el fin de denunciar y exponer el del período actual. Así, como medios metodológicos, la investigación se llevará a cabo en el trabajo en análisis a través de la comunión con la base teórica, con el fin de analizar la formación discursiva y la estructura narrativa de "Zero", como objeto de resistencia política en un contexto dictatorial brasileño.

Palabras clave: Literatura brasileña; Análisis del discurso; Dictadura militar; Resistencia; Política.

Introdução

Ao longo da História do Brasil houve muitos problemas e contradições que modificaram toda a realidade social, em contexto econômico, religioso e cultural, dessa forma, alterou de diversas formas a psique do sujeito. Nessa perspectiva, a partir de um Golpe Militar instaurado no ano de 1964, uma ditadura foi implantada e o controle repercutiu em toda a esfera social, sobretudo no meio midiático. Através disso, muitos jornalistas encontraram na literatura uma forma de denunciar essa realidade em questão, uma vez que o controle da imprensa era menos forte nesse âmbito, posto que era um recurso menos consumido pela massa.

Nesse âmbito de limitações, encontra-se a chamada "literatura de resistência", que tinha como objetivo expor a realidade em questão, ao usar a literatura como suporte e se apropriar dela como forma de esquivar-se da censura para produzir denúncia. Nesse contexto, jornalistas produziram diversas obras a fim de expor a realidade vigente, e se apropriaram de um meio artístico para mostrar as consequências sociais, culturais e a falta de autonomia dos cidadãos, como também o que acontecia com quem se opunha a esse Governo Ditatorial. A partir disso, situa-se Zero, produzido pelo escritor

e jornalista Ignácio de Loyola Brandão, considerado um romance-reportagem, publicado em 1974 na Itália, uma vez que foi proibido a publicação no Brasil por ser considerado uma afronta à moral e aos bons costumes do período pela censura, sendo permitida sua publicação no país apenas em 1979.

1. Os anos de chumbo e o censor coercitivo do AI-5

A imposição do Golpe Militar em 1964 gerou grande reação, contestação e negação, pessoas contrárias às práticas impostas começaram a se posicionar e contrapor-se a situação do país. Consequentemente, as tentativas de expor as atividades ditatoriais estavam cada vez mais intensas. Dessa forma, em 1968, com o apogeu do movimento estudantil em várias partes do Brasil, foi incluída a participação de diversos estudantes, políticos, artistas e trabalhadores que saíram às ruas a fim de protestar e reagir contra as imposições do governo.

Escritores, críticos, produtores teatrais, músicos e cineastas envolviam-se em múltiplas tentativas de diagnóstico dos anos que atravessavam, numa espécie de movimento coletivo, desorganizado e um tanto aleatório de resistência subterrânea. (PELLEGRINI, 1989, p.10)

Diante da represália ditatorial, a produção em massa contra a repressão constituiu toda produção cultural do país nos “anos de chumbo”, tornando-se prioridade, de modo que a arte se transformou em ferramenta de reação e oposição ao governo, como também símbolo de resistência. Dessa forma, foi através da arte e dos meios de comunicação que muitos artistas, jornalistas, cantores e escritores documentavam em suas obras todo o horror imposto pelo Golpe, por intermédio de canções que continham protesto em suas letras, literatura com teor de resistência ao apresentar às práticas da gestão política,

jornalistas que expunham perseguições e críticas negativas, por consequência, muitos foram perseguidos, torturados, exilados do país e inclusive mortos.

Um fervilhar subterrâneo de idéias, de questionamentos, urna espécie de não-conformismo, de rebeldia, de outros caminhos que se esboçam; ao lado disso, um crescimento notável do mercado editorial, inflado por um sem-número de obras de autores anteriormente atuantes de novos e de novíssimos, além da afirmação do conto como gênero narrativo de maior evidência ao lado do florescimento da chamada "poesia marginal". (PELLEGRINI, 1989, p. 17)

Em decorrência do AI-5, os veículos de informação sofreram represália do governo vigente, uma vez que o regime se apropriou de critérios políticos para censurar o meio jornalístico, ao fazer com que fossem monitorados. Como posto por Foucault (1981): “Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição.”

Em virtude disso, uma das mais reconhecidas formas de atuação da censura imposta pelo AI-5 foi a violência, em que tinha como objetivo reprimir todos que se opunham ao governo de alguma forma, e uma dessas medidas obteve a intervenção do Estado. Com isso, os meios de comunicação, como jornais, músicas, peças teatrais, filmes, livros e toda a imprensa passavam por uma constante e rigorosa avaliação antes de serem publicados, para que o país mantivesse a postura de um lugar que estava em pleno desenvolvimento e democracia, após a consolidação do Golpe.

2. O silenciamento na identidade dos sujeitos

Para garantir a hegemonia de um controle e a subserviência de um povo é necessário também a imposição de um ideal a ser seguido e conservado, com isso, uma das características da gestão política da Ditadura Militar foi

implantar no ideário popular a concepção de amor à pátria, logo, as instituições formadoras de subjetividade tinham um modelo pedagógico normativo de implantar uma identidade coletiva nacional, e como consequência dessa forma de manter a ordem social, o patriotismo foi um dos lemas.

Em função desse “assujeitamento”, a identidade individual é construída historicamente, sofrendo diretamente interferências através da cultura que o rodeia, ao ser continuamente transformada e modificada, por isso, o autor constitui esse indivíduo com uma identidade móvel, ao existir concomitantemente com a história, assim, assumindo identidades diferentes em momentos diferentes, dessa maneira, o sujeito é atravessado por diversas formações discursivas e influenciado por elas, e, devido essa influência Orlandi (2007, pg. 61), afirma que,

esse sujeito, uma vez constituído, sofre diferentes processos de individualização (e de socialização) pelo Estado. Assim, se temos o indivíduo como ponto de partida para o assujeitamento ao simbólico - e, quanto a este assujeitamento o sujeito não tem controle pois ele se passa “antes, em outro lugar e independente” - temos sobre esse sujeito processos que o individualizam e que derivam das diferentes formas de poder. E aí as Instituições e o Poder constituído têm papel determinante. É nessa instância que se dão as lutas, os confrontos e onde podemos observar os mecanismos de imposição, de exclusão e os de resistência.

Por isso, o indivíduo já posto em sociedade sofre diversas interferências do meio em que vive, por meio de todas as Instituições e de quem dispõe do poder, ao não ter total controle do que é conduzido a reproduzir no contexto que está inserido, destarte, submetendo-se ao que está institucionalizado e dado como “natural”, logo, considerando como normalizado o que é fabricado pela história. Mediante as condições de “apagamento” e de silenciamento expostas, há indivíduos que assumem postura resistente ao que

lhes é interpelado, logo, é neste âmbito que nascem as transformações e as insatisfações que dão origem aos papéis de manifestação.

Ao estar em um sistema sociopolítico baseado na repressão, opressão e perda da liberdade de se expressar, como já dito, houve a necessidade de falar o que não era permitido, entretanto em uma situação que estava em vigor práticas censórias por consequência da imposição do AI-5, houve a possibilidade para ser um ambiente fecundo de experimentação e manifestação coletiva, dessa forma, tinha que se pensar maneiras de produzir arte e denúncia sem ser censurado. Logo, foi possível observar uma aproximação da arte com a vida, como exemplo do real e de como os indivíduos se sentiam, assim, a língua e a linguagem se tornaram um ato político, uma alegoria para o sistema, através de uma identidade simbólica do indivíduo explorado, silenciado e alienado, representada pelos meios de comunicação artísticos. Em decorrência disso, foi notório que artistas, jornalistas, escritores, cantores e outros procuravam as possibilidades, perante a situação, para a produção em massa de criações que expunham as práticas do governo com a finalidade de registrar e documentar o período, além disso, era notória o uso criativo da linguagem através de metáforas e simbolismos, por meio de uma estética da violência em resposta à violência do contexto.

3. “Zero”

Podendo-se considerar um “romance experimental”, por apropriar-se também do gênero reportagem, Cosson (2001, p.14) diz sobre essa forma de produzir literatura que “A necessidade de interpretação do romance e a necessidade de informação da reportagem.”, faz com que a obra experimental produza novas formas de narrar, por meio da necessidade de produzir denúncia acerca da realidade e expor a realidade brasileira.

Diante disso, a obra se passa em um local fictício chamado “América

Latíndia”, lugar subdesenvolvido que narra a história de José Gonçalves, um caçador de ratos de cinema, homem comum que vive em um contexto social com atrasos de ordem política e econômica, como também, a vida de todos que convivem com ele, dentro de uma ditadura militar.

Nesse contexto, é uma obra que tenta trazer com total fidelidade o seu contexto de representação, uma vez que mostra-se uma narrativa sem linearidade, por meio de um caos estrutural, com uma diagramação totalmente inusitada, linguagem simples e por vezes informal, em que possui no decorrer da narrativa a presença de variados gêneros textuais, a fim de surtir diversos efeitos, como evidencia o trecho:

“(Grafite) Neste lugar solitário todo valente se apaga todo homem geme todo corajoso se caga” (Brandão, 2010, p. 208)

Em decorrência disso, é notório perceber na obra que o autor tentou reproduzir não só a realidade geral de um período opressivo do país, mas também em como o sujeito sentia-se silenciado, indignado e frustrado com a condição em que se encontrava, representado pelo personagem de José, que ao decorrer da narrativa mostra-se cada vez mais inconformado e sufocado com a sua condição.

Fico contando, contando pensando por que 1 e 1 são dois. O cara que inventou isso! ? Por que o 1 não se chama 2 e o 2 não se chama 9. Assim eu somava: 2 e 2 são 9. Mas agora não dá, mais. O mundo inteiro pensa igual, aceitou, tem que ser assim. Se vier um cara, como eu por exemplo, e provar que o 1 não é 1, mas sim 3, dá um bode danado. São capazes de me prender, andam prendendo tanta gente. (BRANDÃO, 2010, p.118)

Dentro da obra encontramos a todo momento sátiras e ironias voltadas a mostrar em como a cidadania do ser humano era cada vez mais reduzida e seus direitos cada vez mais ignorados, dessa forma, mostrando sujeitos cada vez mais sem identidade, sem escolhas, proibidos de questionar, reclamar ou

se opor, submissos à tortura e morte se os fizessem, tornando-os seres humanos padronizados, sem autonomia e democracia.

Assim, direciona-se toda a narrativa, por meio da reprodução de diversas formas de violência e silenciamento, através de uma linguagem simples e objetiva, por intermédio de diversos gêneros textuais e a apropriação de aspectos típicos do gênero jornalístico, com o objetivo de tornar mais próximo a realidade ao leitor.

Considerações finais

Diante do exposto, o artigo apresenta de maneira sucinta às formas de silenciamento e representação da violência no contexto da Ditadura Militar brasileira entre os anos de 1964 a 1985, presentes no resultado da pesquisa científica elaborada por intermédio da Universidade Estadual da Paraíba entre os anos de 2018 a 2019, sob o viés da análise do discurso e da literatura, como forma de denunciar às práticas vigentes e burlar a censura do período, na obra literária brasileira “Zero”, de Ignácio de Loyola Brandão.

Referências

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **Zero**. São Paulo: Global, 2010.

COSSON, Rildo. **Romance-reportagem: o gênero**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2001

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Unicamp, 2007.

PELLEGRINI, Tânia. **Gavetas vazias?: (uma abordagem da narrativa brasileira dos anos 70)**. 1987. 252 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270016>>. Acesso em: 14.Mai.2019.